

Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820

Karina Brotherhood

Graduada em História pela Universidade Gama Filho. Ex-estagiária do Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha.

RESUMO

A Marinha Imperial brasileira possuía em seus quadros profissionais indivíduos oriundos de diversos grupos sociais. Logo, ao se focalizar o funcionamento do Arsenal, pode-se também estudar os diferentes perfis sociais que viviam no Rio de Janeiro no período da Independência brasileira. A partir de intensa análise do patrimônio documental encontrado no Arquivo da Marinha e no Arquivo Nacional, foi possível construir, de forma descritiva, o cotidiano, não só dos próprios militares, como também da principal mão-de-obra deste estabelecimento militar: os escravos. As relações de poder estabelecidas entre os militares e os escravos contribuíram para um processo de produção de informações que trazem à tona uma realidade vivida pelos agentes históricos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: RIO DE JANEIRO, ARSENAL DE MARINHA, ESCRAVIDÃO

ABSTRACT

The Imperial Brazilian Navy had in its professional staff individuals deriving from many social groups. So, when we observe the functioning of the Armory it is also possible to study the different social profiles that lived in Rio de Janeiro in the period of the Announcement of Brazilian Independence. From intense analysis of the documentary patrimony of the Navy Archive and the National Archive, was possible to built, of descriptive form, the daily way of life, not only of the military themselves, but also of the main work power of this military establishment: the slaves. The power relations established between the military and the slaves contributed for a production of information that show reality lived by involved historical agents.

KEYWORDS: RIO DE JANEIRO, NAVY ARMORY, SLAVE

A chegada ao Rio de Janeiro do Príncipe Regente D. João e da Rainha D. Maria I, fugindo das guerras napoleônicas na Europa, foi um ponto de inflexão na história do Arsenal de Marinha. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se a sede do governo português, o que gerou um surto de progresso em vários setores da sociedade colonial. Apesar de o Arsenal não ter sido uma das instalações privilegiadas com essas mudanças, principalmente por estar decadente o poderio da Marinha portuguesa, sua capacidade foi ampliada para poder apoiar a Esquadra e os navios estrangeiros, já que o fluxo aumentou consideravelmente em virtude da abertura dos portos brasileiros ao comércio com outras nações.

Segundo registros no Livro do Estabelecimento¹ do atual Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, naquele período, o Arsenal era composto por um pequeno prédio ao pé do Morro de São Bento, com toda a frente exposta para o mar; duas pequenas oficinas; e um correr de teleiros, sob os quais se viam uns poucos botes emborcados e onde se podia consertar um mastro. O crescimento gradual das instalações do Arsenal exigiu mais espaço físico,

¹ Todas as organizações terrestres da Marinha possuem um documento conhecido como Livro do Estabelecimento, no qual estão guardados documentos ou registrados fatos de importância histórica dessa organização. No livro do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro estão registradas informações desde o século XIX. (GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: (1822-1889)*. Rio de Janeiro: SDGM, 1965).



FIGURA 1 – Vista do Arsenal por volta de 1830. (desenho de Debret)
FONTE: Greenhalgh, V. 1, p. 19

gerando uma expansão para dentro da área pertencente ao Mosteiro de São Bento. Houve a necessidade de se conquistar mais espaço para a construção de novos edifícios, oficinas e armazéns. As rochas, onde o Mosteiro estava assentado, por várias vezes foram cortadas para que este alargamento fosse viável, aproveitando-se até as pedras retiradas para os alicerces das obras que estavam em andamento.

Houve invasões dos terrenos do Mosteiro por parte do Arsenal. Cada necessidade de momento correspondia a um alargamento precedido de um corte.²

Na parte norte do Arsenal, junto à Prainha (atual Praça Mauá), estavam localizadas as oficinas. Esta parte do Arsenal não era fechada por muros, ela era apenas cercada; o centro era ocupado por pequenos estaleiros particulares e o sul estava distribuído entre o cais de Brás de Pina, Rua dos Pescadores (atual Visconde de Inhaúma) e Rua Direita (atual Primeiro de Março).

Com a independência do Brasil, o primeiro governo encontrou a difícil tarefa de unificar o extenso território brasileiro, em cujo litoral encontravam-se os principais centros urbanos, ou seja, era emergencial que o Estado possuísse uma Esquadra e estabelecimentos de apoio para manter a unidade nacional. Era preciso, além da Esquadra, possuir a capacidade de reparar os navios existentes e construir outros.

No ano de 1822, o Príncipe Dom Pedro tornou-se Imperador do Brasil; em 1831 abdicou do trono em favor de seu filho, Dom Pedro de Alcântara. A primeira década da independência do Brasil foi caracterizada pelas intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, exigidas pela nova condição do Estado brasileiro perante o mundo.

A estrutura administrativa do Ministério da Marinha estava passando por transformações, visto que a mudança da família real portuguesa para o Brasil foi acompanhada pela transferência da Marinha portuguesa e seus órgãos aditivos e tudo isto permaneceu em solo brasileiro, mesmo depois do regresso de D. João VI a Portugal.

² Ibid., p.12.

Como mostra o documento a seguir, em 26 de outubro de 1808, por Decisão de nº 46, o Almirante-General da Armada, sobrinho de D. João VI, Infante D. Pedro Carlos, acha por bem delegar funções específicas ao Inspetor do Arsenal e ao Intendente da Marinha.

D. Pedro Carlos, Infante de Portugal e das Hespanhas, etc. faço saber que em consequência de se haver apresentado prompto para o serviço o Vice-Almirante Intendente da Marinha, e do bem que interinamente serviu como tal intendente o Chefe da Divisão José Maria de Almeida; considerando outrossim que nas actuaes circumstancias da Real Marinha nesta capital e conforme os dictames, quer do meu dever, quer da minha razão, convém separar as duas autoridades de Intendente da Marinha e de Inspetor do Arsenal (..) o referido Vice-Almirante foi o próprio a pedir a nomeação de um Inspetor (...) ordeno ao sobremencionado Chefe de Divisão que fazendo entregar formal da Intendência ao dito Vice-Almirante, com a especificação de todas as ordens que lhe tenho expedido durante o impedimento do mesmo Vice-Almirante, passe a servir de Inspetor do Arsenal, regulando-se nesse novo serviço (...) ficando na sua repartição immediato à minha pessoa, e tendo com o Intendente as comunicações (...) já seja também reconhecido como Vice-Intendente e portanto que sem nova nomeação minha e até que eu mande expressamente o contrário, sirva em tudo e por tudo como o tal Intendente nos impedimentos do actual. Seja qual for a natureza deste impedimento, e bastando que elles aprovelem de comparecer diariamente na Intendência. Quartel General da Marinha 26 de outubro de 1808 – Infante Almirante General³.

Naquele momento, o Arsenal era parte integrante da Intendência da Marinha, e sua di-

reção delegada ao Intendente Chefe-de-Divisão José Maria de Almeida. Após a decisão, o Arsenal passou a ter um Inspetor, e este submetido à pessoa do Infante, podendo comunicar-se com a Intendência da Marinha por meio de documentos.

Após as medidas tomadas pelo Infante, o Intendente de Marinha passou a exercer o cargo de diretor de finanças da Armada. Enquanto o posto de Almirante-General da Marinha, criado por Decreto no dia 13 de maio de 1808, ficou para o uso exclusivo do Infante, jamais podendo ser preenchido por outro indivíduo, como mostra a citação abaixo.

(...) me praz de nomear Almirante General da Marinha, e de crear este posto privativa e unicamente pelo declarado motivo e occasião, sem que possa jamais servir de accesso a qualquer pessoa, sejam quaes forem os seus serviços; ao qual posto eu sou servido unir toda a jurisdição e autoridade até agora attribuidas aos Capitães Generaes dos Galleões da Armada Real de Alto Bordo do Mar Oceano, e aos Inspectores da Marinha, de maneira, que além da jurisdição militar em toda esta Repartição, tenha também uma inteira inspeção e mando nos Arsenais Reaes da Marinha e seus pertences já estabelecidos⁴

Esta decisão é reafirmada por outro decreto, no dia 3 de dezembro do mesmo ano, pelo Príncipe Regente. Em 3 de outubro de 1812, é extinto o posto de Almirante-General da Marinha.⁵

Em 1825, o estado do Arsenal em relação às instalações já era bem diferente da época de D. João VI. As construções da Ribeira Nova e do Armazém do Sal, localizados na parte norte do Arsenal, estavam precárias e atrasadas tecnologicamente em relação a outros países, sendo que alguns edifícios já se encontravam em estado de ruína. Greenhalgh⁶ relata que, em 1825, o

³ Leis e decisões – 1808-1809, p. 55-56.

⁴ Leis e decisões – 1808-1809, p. 27.

⁵ Leis do Brasil – 1808-1810, p. 555.

⁶ GREENHALGH, op. cit., v.2. p.181.

edifício da Intendência, que ficava em frente à Rua dos Pescadores, estava ameaçado de desabar, e, por esta razão, o Inspetor do Arsenal mandou retirar os objetos de seu interior sendo depois o local demolido.

As funções atribuídas ao Inspetor do Arsenal possuíam aspectos interessantes. Ele tinha que combater incêndios tanto nas dependências navais como na cidade, participar de operações de navios de transporte, executar obras de melhoramento do porto e policiamento do mesmo, e administrar os navios desarmados que serviam de depósitos e de prisão, as presingangas.

No Brasil, foi em velhas naus passadas à reserva, geralmente por aguardarem longos reparos ou a baixa do serviço ativo, por serem inúteis, que se instalaram as presingangas (...)⁷

QUADRO 1
Relação de cargos profissionais e sua respectiva lotação

CARGOS DO ARSENAL	
CARGO	POSTO
Inspetor-Geral do Arsenal	Chefe-de-Divisão
Diretor da Cordoaria	Capitão-de-Fragata
Ajudante do Inspetor-Geral	Capitão-Tenente ou Capitão-de-Fragata
Diretor das Oficinas de Máquinas	Primeiro-Tenente
Primeiro Construtor	Primeiro-Tenente
Segundo Construtor	Segundo-Tenente
Patrão-Mor	Primeiro-Tenente
Encarregado da Cordoaria e Armazéns da Armação	Comissário de Primeira-Classe
Escrivão e Apontador da Cordoaria	Escrivão de Segunda-Classe
Secretário de Inspeção	Civil
Apontador	Civil
Porteiro	Civil
Desenhado do Arsenal	Civil
Encarregado do Armazém do Depósito	Civil
Encarregado dos escravos da Nação	Civil

FONTE: Legislação Portuguesa de 1821.

⁷ GREENHALGH, Juvenal. *Presingangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: SDGM, 1998. p.15.

Um dos encarregados da função de Inspetor do Arsenal foi Tristão Pio dos Santos, no ano de 1828. Antes de ser inspetor, participou da luta pela Independência do Brasil na Bahia. Assumiu o cargo de Ministro da Marinha em 1840, chegou a ser Presidente da Província do Grão-Pará. A descrição que se faz dele é de um homem franco, leal, zombeteiro, que não tinha “papas na língua”, sagaz e bem falante.

Ao se estudar a organização do pessoal envolvido nos trabalhos da Marinha e especificamente referente ao Arsenal, será possível construir as relações interpessoais e compreender a inserção dos escravos da nação dentro dessa estrutura militar. Por isso, o enfoque principal da pesquisa concentrou-se no serviço de marinhagem executado na área do Arsenal. Este serviço caracterizava-se como “um conjunto de marinheiros engajados ou recrutados para o serviço de navio de guerra ou mercante”⁸, sendo responsáveis por executar a bordo as fainas e tarefas marinheiras.

O engajamento e o recrutamento de pessoal para a marinhagem ocorriam de forma voluntária, por contrato (geralmente estrangeiros) ou pelo recrutamento à força (vagabundos e criminosos). No caso do Rio de Janeiro, o encargo do engajamento e recrutamento de praças cabia ao Inspetor do Arsenal de Marinha. A prática do recrutamento forçado para obter gente para a Marinha era muito comum. Os operários que trabalhavam nas obras do Arsenal também eram recrutados à força.

(...) entre o grande número de presos recrutados (arrebanhados) pelas patrulhas policiais, o chefe de polícia selecionava aqueles cujas profissões eram as requeridas, e os remetia ao Inspetor do Arsenal⁹

Nem todos os operários que executavam obras no Arsenal vinham de recrutamentos forçados ou trazidos pelo chefe de polícia.

Existiam os carpinteiros de machado e os calafates. Essa mão-de-obra especializada não poderia faltar no Arsenal de Marinha, pois de outra forma acarretaria problemas tanto para o próprio Arsenal quanto para os navios mercantes atracados em seu porto. Tamanha era a importância desses profissionais que a Real Fazenda custeava o seu aprendizado e os matriculava no Arsenal de Marinha. Em contrapartida não poderiam trabalhar em outras obras fora do Arsenal exceto no dia de sua licença ou com a devida permissão da Intendência da Marinha. Para que a Intendência da Marinha pudesse controlar seus trabalhadores, foi criado um bilhete impresso, em que constavam os dias que os operários deveriam estar trabalhando no Arsenal, facilitando aos chefes encarregados a identificação do dia do vencimento de cada operário. Se o operário fosse pego trabalhando fora do dia permitido pela administração do Arsenal, ele era conduzido preso à cadeia do Arsenal. Estes procedimentos já haviam sido estabelecidos desde 18 de setembro de 1779, e revalidados em 10 de setembro de 1824¹⁰.

A função de mestre era exercida tanto por civis quanto por oficiais, enquanto as de contramestre e mandador eram executadas só por civis. O mestre era o responsável pelas obras executadas pelos operários. Também estavam submetidos às ordens dele, os contramestres, mandadores e todo o grupo que compunha os operários que trabalhavam nas oficinas do Arsenal de Marinha.

Por meio da leitura analítica de diversos documentos, foi possível verificar a existência de diferentes grupos sociais dentro do Arsenal de Marinha da Corte, que podem ser identificados a partir de características próprias, sejam culturais, sociais e, até mesmo, econômicas. Alguns autores que trabalham nessa linha, entre eles João José Reis¹¹ e

⁸ CAMINHA, Herick Marques. *Dicionário marítimo brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996. p.280.

⁹ *Ibid.*, p.102.

¹⁰ Leis do Brasil – 1824, p. 132.

¹¹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

QUADRO 2

Relação de cargos profissionais e sua respectiva lotação

PROFISSIONAIS DO ARSENAL	
Construtor Naval	Mestre; Contramestre; Mandador
Calafates	Mestre; Contramestre; Mandador
Carapinas	Mestre; Contramestre; Mandador
Pedreiro	Mestre
Máquinas	Civil; Contramestre
Espingardeiro	Mestre; Contramestre
Pintores	Mestre
Tanoeiros	Mestre
Velame	Mestre
Cordoaria	Mestre
Encarregado da Oficina	Mestre
Correeiros e Bandeeiros	Mestre
Poleiros e torneiros	Mestre; Contramestre

Fonte: Legislação Portuguesa, 1821.

Kátia Mattoso¹², chamam atenção para o fato de que os escravos brasileiros não eram apenas vítimas, mas utilizavam-se da escravidão para negociar, e da sua inteligência para elaborar estratégias e ardis que podem ser encarados como formas de resistência contra o poder que os submetia. João José Reis vê o problema relacionado à escravidão sob os novos ângulos das estratégias cotidianas. Em um universo de vários autores que discutem o tema da escravidão urbana, temos ainda a pioneira brasilianista Mary C. Karasch¹³. Ela enfocou em sua tese de doutorado a questão de como era a vida do escravo na cidade do Rio de Janeiro.

Karasch também trabalhou com a questão dos escravos mantidos em presigangas, termo dado a antigas embarcações que, por não serem mais utilizadas para o serviço de navegação, passavam por algumas pequenas modificações estruturais, para funcionar como uma espécie de prisão flutuante, dentro do Arsenal da Marinha Imperial, no Rio de Janeiro. Karasch relata que a vida dos prisioneiros nas presigangas não era tão ruim, e que o número de prisioneiros nelas era inferior ao número de lotação. Os presos recebiam comida e roupa, mas estavam sujeitos a contrair doenças comuns da época.

¹² MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹³ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos na cidade do Rio de Janeiro: (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.182.

Em alguns casos, os donos recusavam-se a libertá-los para puni-los pela fuga, mas, em outros, os fugitivos recusavam-se a dar o nome de seus senhores, mesmo sob tortura, e preferiam ficar na prisão a voltar para seus donos.¹⁴

O livro *Negro na Rua*, de Marilene Nogueira¹⁵, trabalho de dissertação de mestrado, discute a estrutura urbana e o papel do escravo nela inserido, ou seja, como os escravos adaptavam-se às condições urbanas.

De acordo com as conclusões de José Murilo de Carvalho¹⁶, os escravos não eram cidadãos, não possuíam direitos civis básicos. Mary Karasch¹⁷ também segue com esta linha de pensamento, afirmando em sua obra que o escravo estava fora da sociedade. Manolo Florentino afirma que só o crime trazia o reconhecimento da humanidade do escravo. E Perdigão Malheiro¹⁸ diz que o escravo perante a lei política e administrativa não possuía o direito de ser cidadão, mesmo sendo nascido no Império. Segundo o mesmo, só os libertos podiam usufruir desse direito, mesmo assim com algumas restrições.

Malheiro, em seu trabalho, faz duas afirmações que estão parcialmente incorretas pela sua generalização. Ele diz que, no “Exército e na Marinha, pode o liberto servir, quer voluntariamente, quer por via de recrutamento, quando cidadão brasileiro”¹⁹, e que “tal é a extensão dessa incapacidade que, entre nós, nem são os escravos admitidos a servir como praça no Exército e Marinha”.²⁰

Quando afirmo que estão parcialmente incorretas as observações de Malheiro, é devido à documentação encontrada no Arquivo Nacional, que mostra o assentamento de

escravos no serviço de marinhagem:

Em cumprimento da ordem que coube de V. Ex.^a com a data de 5 do corrente, respondo que a maior parte das embarcações que V. Ex.^a faz menção são Sumaras e Lamos, cujas as tripulações só compreendem escravos e alguns libertos (...) sucede aos marujos abandonarem as embarcações fora da barra em canoas de pesca, ou em embarcações. É este o justo motivo porque não tenho recrutado em todas as embarcações; e esteja V. Ex.^a na persuasão, que eu cumpro exatamente com as Ordens que me são dadas, tendo registrar todas as embarcações que entram e faço uma escrupulosa revista em todas, a fim de não faltar aos meus deveres.²¹

Este ofício de Antônio Correa de Vasconcelos, Segundo-Tenente e Comandante de embarcação, para o Vice-Almirante Graduado, Inspetor do Arsenal, Francisco Antônio da Silva Pacheco, informa que ele está seguindo as ordens que lhe foram passadas, mas que estava havendo fuga desses escravos e libertos recrutados, e que, por isso, ele estava suspendendo o recrutamento em outras embarcações.

Este fato aconteceu em 7 de fevereiro de 1825, mas, em 25 de fevereiro de 1823, foi emitido por decreto, que fossem admitidos escravos na Marinha:

Tendo sido presente a S. M. Imperial o ofício do Intendente da Marinha desta Corte de 21 do corrente mês em que pedia houvesse de declarar-se-lhe, se deveria ou não admitir a alistar-se para servirem a

¹⁴ Ibid., p.182.

¹⁵ SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988. p.166.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.236.

¹⁷ KARASCH, op. cit., p.643.

¹⁸ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. p.354.

¹⁹ Ibid., p.183.

²⁰ Ibid.

²¹ BRASIL. Arquivo Nacional. *Série Marinha*. caixa XM 792.

bordo da nau Pedro Primeiro, os marinheiros e grumetes escravos, que para isso lhe fossem oferecidos por seus respectivos senhores (...) visto a necessidade que presentemente a de marinhagem, deveria ele admitir tais marinheiros e grumetes, não só a serviço da nau, mas ainda a de outras embarcações que armarem.²²

Este decreto só perdeu sua validade em 26 de julho de 1832²³, quando foi promulgada a ordem que todos os navios da Armada, não recebessem mais escravos com qualquer praça que seja. E comprova que havia a presença de escravos assentando praça na Marinha.

Os escravos eram divididos nos serviços de Lancha do Mar, Escaleres e nos serviços das oficinas. Havia escravos invalidados por perda dos dedos das mãos ou dos pés, amputação dos braços, pés ou da própria perna. Invalidez que atingia não só os escravos, mas qualquer um que exercesse a função de marinheiro nesta época. Por isso, era pouco o número de pessoas que se alistavam voluntariamente, conseqüentemente recorria-se ao recrutamento forçado. Pode-se observar, também, em diversos documentos que, quando um escravo ficava doente era enviado ao hospital para se tratar. Quem tinha as funções de cozinheiro eram os escravos das Lanchas do Mar e os que serviam em Escaleres.

Os escravos no Arsenal possuíam alguns direitos, dependendo do ponto de vista, verdadeiras regalias. De acordo com o Decreto de 28 de janeiro de 1811²⁴, eles possuíam o direito de não trabalharem no Arsenal de Marinha aos domingos e dias santos, exceto em casos de urgência. Coibindo, assim, qualquer intento que pudesse existir em colocá-los para trabalhar nesses dias. Outro direito era o recebi-

mento de ração diariamente, sendo seu conteúdo discriminado, como consta no Decreto de 25 de agosto de 1829²⁵. No almoço eles recebiam $\frac{1}{4}$ de arroz, 1 onça de toucinho, $\frac{1}{4}$ de carne seca ou $\frac{1}{2}$ de carne verde, um palmo de tabaco por semana, e por dia eles recebiam $\frac{3}{4}$ de carne seca, ou 1 de carne fresca, 1 onça de toucinho, $\frac{1}{120}$ de alqueire de feijão e $\frac{1}{40}$ de alqueire de farinha.

Eles também recebiam roupas, como consta na transcrição da fonte abaixo:

Tenho a honra de levar ao conhecimento que em 15 de março do último, se receberam da 4^o classe, 155 fardamentos compostos de calças, camisolas e barretinas de lona, para igual numero de sentenciados de justiça de dez anos e de toda a vida, e não se receberam as jaquetas de pano azul, pelas não haver, como se havia pedido em setembro do ano passado sendo este gênero de muita necessidade por causa do rigor do tempo.²⁶

E também faziam queixas, provavelmente não eram escritas por eles, devido à condição de escravo. Perdígão Malheiro descreve que eles precisariam de uma outra pessoa que redigisse as queixas²⁷.

Em carta, o Major Marcelino Mafra pede explicações a seu superior, o Chefe-de-Esquadra, Inspetor do Arsenal Francisco Antonio Pacheco, em 25 de agosto de 1823, sobre o que estava acontecendo no Arsenal e se eram justas as queixas feitas pelos escravos contra as atitudes tomadas por ele.

(...) dizem mais que sou tirano por dar castigo por qualquer coisa, só se vem a ser plenas culpas seguintes: por que

²² Leis do Brasil – 1823, p.20.

²³ Leis do Brasil – 1832, p.225.

²⁴ Repertório de Marinha – 1317-1856. p.192.

²⁵ Leis do Brasil – 1829, p.131.

²⁶ BRASIL. Arquivo Nacional, op. cit., caixa XM 801.

²⁷ MALHEIRO, op. cit., p.34.

vem fora da hora fumar no bico de proa e fazem fogo em pólvora que trazem de fora, por roubarem, uns aos outros a farinha da ração, por amarem jogos depois de todos estavam deitados servindo-se da claridade da luz dos abitas portavam bexigas d'aguardente e se recolhem do trabalho, umas dentro dos chapéus, e algumas se lhe tiram tirado destas as pressas, pois vendiam diariamente ali e recebem o jantar que a Santa Casa lhes dá, para as parelhas que vão conduzir os caldeirões de comer para os presos da cadeia, e finalmente, por muito tempo roubaram até que veio ao meu conhecimento todas as bóias de toucinho que iam nos caldeirões para os oito presos da Cadeia acordando-os nas vias desta Cidade a título de descansarem, lhes sacavam todas as bóias como a tropa que os acompanhavam era a Miliciana e do Batalhão de Caçadores de São Paulo, julgava ser um desses fazem as parelhas aquele roubo para se pagarem o incomodo que tinham de conduzir os caldeirões não se lembrando do jantar que a Santa Casa lhes dava pelo o referido incomodo (...) todos os dias se me entrega uma relação dos doentes que não podem ir para o trabalho e ao romper do dia quando ajusto o deitar foram os presos para os diferentes trabalhos, se queixa alguns, para a escotilha para ser examinados, porem muitos aproveitam-se-me com as pernas embrulhadas em trapos que mando-lhes tirar logo dizem que estão prontos²⁸

No transcórre desta carta, Marcelino vai pontuando situações curiosas e engraçadas, que revelam o comportamento dos escravos no Arsenal com suas táticas para fugirem do trabalho. O major vai se defendendo das acusações recebidas, dizendo que os escravos estavam fumando fora do horário permitido, burlando a autoridade e a Lei (o

fumo só era permitido depois do almoço). Enganavam a Santa Casa e o Major Marcelino, que então veio a descobrir que os escravos encarregados de levarem o jantar dos oito presos, juntamente com os Milicianos e o Batalhão de Caçadores, "ousavam" roubar os toucinhos dos presos, como forma de pagamento pelo incômodo de ter que levar o jantar todos os dias.

Os escravos, na verdade, estavam buscando suas regalias de qualquer maneira. Eles fumavam fora da hora, bebiam aguardente e também a vendiam e mentiam para não trabalhar, alegando estarem doentes. Sabiam que estando doentes não trabalhariam até o cirurgião chegar e examiná-los. Jogavam e apostavam a farinha que roubavam da ração dos outros escravos, e, em muitos casos, fugiam do Arsenal em direção à cidade, tentando se passar por libertos, ou por escravos ao ganho, mas quase sempre eram pegos e retornavam para cumprir sua pena.

Na verdade de acordo com a lei²⁹, os escravos não podiam redigir uma carta para se queixarem. Por esta razão, procuravam alguém para escrever as queixas relatadas por eles, para que chegassem até o Inspetor do Arsenal. Mas, para estas queixas serem produzidas, precisaria de um grupo de escravos insatisfeitos para expressar o descontentamento com o tratamento que eles estavam recebendo da parte do Major Mafra. E essas queixas eram bem redigidas, demonstrando que quem as escrevia possuía instrução suficiente para chamar a atenção do Inspetor do Arsenal, levando-o a averiguar tais problemas que estavam ocorrendo entre seu oficial e os escravos.

A citação dessa carta mostra uma certa "parceria" com os soldados, e isso não parece ser um caso isolado, porque em outros documentos há a mesma situação, como foi o caso de "um marinheiro branco e quatro pretos escravos"³⁰ unindo-se para "maltra-

²⁸ BRASIL. Arquivo Nacional, op.cit., caixa XM 726.

²⁹ MALHEIRO, op. cit., p.34.

³⁰ BRASIL. Arquivo Nacional, op. cit., caixa XM 792.

tar”, a bordo de um saveiro de lenha, um inglês. Os cinco foram levados presos para o Depósito. Existiam também casos de preconceito, algo que era comum na época.

O contramestre daquela oficina, Domingos de Almeida (...) tem protestado publicamente que os ditos escravos não de ser expulsos do Arsenal ou ele deixará de ser ali contramestre³¹

Havia também os escravos que aprendiam ofícios com seus donos e realizavam trabalhos especializados. Nas Oficinas de Tanoeiros, no Arsenal, havia seis escravos com especialização que obtiveram a permissão do Imperador para trabalharem ali. O contramestre ameaçava estes escravos, que pertenciam a uma viúva, cujo único meio de se sustentar era com o “jornal” (salário) que eles recebiam no Arsenal. O contramestre pertencia a um grupo de homens brancos pobres que se rebelou contra a aprendizagem de outros escravos em ofício. O dono desses escravos era um mestre-de-obras que trabalhava no Arsenal e antes de morrer ensinou o ofício a seus escravos.

Para alguns escravos, viver no Arsenal era melhor do que voltar para o convívio com o seu senhor, para outros a fuga era a melhor saída. Os documentos que lhes retratam mostram as várias maneiras que eles articulavam para não serem reconhecidos por seus senhores, ficando no Arsenal, ou como eles conseguiam fugir.

Em vários momentos lendo esses relatórios e ofícios, o que pode se verificar é que os escravos buscavam de alguma forma confundir os oficiais de Marinha. E uma dessas formas era a omissão de sua verdadeira identidade, alegando ser uma outra pessoa ou que pertencia a outro dono. O dono Antônio José de Campos reclamou pelo seu escravo, Joa-

quim Angola, alegando que ele havia fugido a bordo da Corveta *Carioca*. Paralelamente, um tenente dessa embarcação verificou a presença de um escravo fugido no meio de 40 praças, mas este tinha por nome de Joaquim do Sacramento³². Diante dessa situação, o Tenente-Coronel Marcelino ficou sem saber o que fazer com o escravo.

Juvenal Greenhalgh³³, quando lida com o mesmo assunto, diz que os escravos eram boçais, e que eles não sabiam o seu nome ou nome do seu senhor, e, por essa “debilidade mental”, eles poderiam ser escravizados por outro senhor que alegasse ser o seu dono, ou ficariam no Arsenal, pelo fato de os oficiais não saberem quem era o seu dono. Para justificar sua afirmação, Greenhalgh utiliza-se de um ofício de 21 de fevereiro de 1829, em que é registrada a fuga de um preto de aproximadamente 14 anos, na Galera *Trinta de Agosto*, e este preto fugido desconhece o nome de seu senhor.

Fazendo uma análise dos fatos, se este escravo era fugido, conseguiu entrar em um navio, e já estava longe de seu senhor. Qual o motivo dele revelar a quem pertencia? Talvez uma das táticas utilizadas para o refúgio. E no Arsenal era muito mais fácil refugiar-se por sua proximidade com a cidade e a quantidade de negros que a povoava.

Existe também o caso de dois escravos que são levados à praça pública para serem leiloados e alguém (cujo nome não é citado) misteriosamente compra sua liberdade, e estes, na condição de libertos, assentam praça na Marinha. Os nomes dos ex-escravos eram José Calunga e Luiz Congo³⁴.

E havia também escravos que não suportavam a vida no Arsenal. Como foi o caso do escravo Fabiano, que estava trabalhando acorrentado e, como consta nos relatos, tentou degolar-se, mas se feriu levemente e foi levado ao hospital, sendo posteriormente

³¹ Ibid., caixa XM 726.

³² Ibid., caixa XM 792.

³³ GREENHALGH, 1965, op. cit., p.181.

³⁴ BRASIL. Arquivo Nacional, op. cit., caixa XM 792.

acorrentado a outros presos, que fugiram no dia 9 de setembro de 1823. Ele foi capturado novamente. Isso mostra que existiam também escravos insatisfeitos no Arsenal.

Eles eram castigados, confinados na presiganga, local onde era aprisionada toda a qualidade de indivíduo, durante 30 dias sem ter que trabalhar, mas sabendo que ficariam muito machucados. Porém, nada disso resolvia o problema dos roubos e das insubordinações, eles continuavam roubando e desobedecendo do mesmo jeito.

O que pode-se perceber é que o Imperador se importava com seus escravos, pois muitas queixas foram feitas em outubro de 1828, e do mesmo modo que ocorreu em maio do mesmo ano, quando ele recebeu uma carta dos suplicantes, queixando-se dos castigos impostos a eles, o Inspetor Tristão, novamente, teve que se explicar com o Imperador.

Os escravos da nação tinham uma casa para eles celebrarem as missas de domingo, de dias santos e de batismos de seus filhos recém-nascidos. Um documento deixa bem explícito que este era um benefício só para os escravos da nação, e esta casa localizava-se próxima aos muros do Arsenal, por motivos de segurança, evitando uma eventual fuga. E o Arsenal estava apenas cumprindo a ordem de um decreto expedido em 1811, em que todos os escravos do Arsenal da Marinha estavam liberados do serviço nos domingos e dias santos.

A Intendência da Marinha fornecia vestimenta e roupas de cama para os escravos da nação.

Tenho a honra de requerer a V. Ex^a., que pela intendência da Marinha, se satisfaça as dependências abaixo, indicados, para assim se ocorrer a necessidade de vestuário em que atualmente se observão sessenta escravos do Estado existentes neste Arsenal, e trinta e seis filhos dos mesmos. Pano de linho para camisas 172 Varas, Ganga azul da Índia para vestidos 80 peças, lenços para

o pescoço todos de cor vermelha ou amarela 60, uma peça de baeta escura para vestidos para as crianças, e finalmente 60 coxas d'algodão.³⁵

Desses pedidos que foram feitos para a vestimenta dos escravos, apenas o pano de linho não fora mandado. Ele foi substituído por outra peça mais barata e mais confortável para os escravos. O pedido foi feito em 22 de maio de 1827 e, em 25 do mesmo, eles já haviam recebido o que solicitaram.

Observa-se o capricho das escravas quando solicitam lenços para o pescoço só nas cores vermelho e amarelo, suas cores prediletas, e ganga azul da Índia para a confecção de seus vestidos. O que aparentemente nota-se é que os escravos da nação tinham um tratamento diferenciado dos escravos que estavam no Arsenal, que quando recebiam roupas ou eram sobras ou eram dadas por batalhões, e, muitas vezes, as condições eram as piores, e demorava-se muito para receber. Já para os escravos da nação, em três dias recebiam, e com regalias, pois fora pedido até 60 colchas de algodão. Em 17 de novembro de 1832, de acordo com uma ordem do Imperador, de seis a seis meses era obrigado o fornecimento de fardamento ao escravo da nação que executava serviços no Arsenal da Marinha.³⁶

Existia também uma preocupação com as crianças, filhos dos escravos da nação, como consta no documento.

Tenho a levar ao conhecimento, que presentemente as crias que existem da Nação fazem no seu todo 56, e que só recebem comedorias de 140 réis por dia, 30 crias, e destas mesmas comedorias se tiram para vestuário, e curativos das ditas, ficando por isso as outras sujeitas a comerem das rações de seus pais, não chegando para estes a sua ração por causa dos filhos. Por cujo o motivo é de necessidade que as crias que não têm comedorias sejam contempla-

³⁵ Ibid., caixa XM 798.

³⁶ Leis do Brasil – 1832, p. 300.

das também nas comedorias com as outras, visto as circunstâncias atuais dos víveres.³⁷

A ração não estava chegando para todos os filhos dos escravos, mas só que não se explicava o motivo; podia ter sido por falta de contagem da parte dos encarregados deste ofício, mas é interessante perceber que os escravos deixavam de comer para dar a seus filhos, e eles trabalhavam duro no Arsenal, demonstrando sentimento de afeto por seus descendentes, e o que também dá para se concluir é que existiam escravos da nação casados, quando ele diz: "(...) comerem da ração de seus pais", então, pode-se concluir que existiam famílias constituídas no Arsenal.

A ração que os escravos recebiam, constituía-se de carne fresca, farinha, feijão, arroz, toucinho, sal, verduras frescas, por semana, de acordo com o número de filhos que a escrava tivesse; galinha para canjas para as escravas "doentes de parto", e tabacos, para o fumo e remédios³⁸. Os escravos também tinham direito ao atendimento no hospital militar quando estivessem enfermos. Estas eram as obrigações de Arsenal da Marinha com os escravos da nação que estavam em suas dependências.

Após a morte do Inspetor Francisco Antônio da Silva Pacheco, os escravos da nação sofreram um certo descaso por parte do novo Inspetor, Tristão Pio dos Santos.

Não havendo absolutamente neste Arsenal quem queira ter a seu cargo os escravos do Estado, aqui empregados na parte administrativa, de alimentos, vestuário, que antes o falecido Inspetor fiscalizava de sua espontânea vontade³⁹

Não eram todos que menosprezavam os escravos da nação. É possível observar a

existência de oficiais, até de altas patentes, como foi o caso do Inspetor Pacheco, que protegia e tratava-os com dignidade, pessoas que reivindicavam por eles.

Os escravos da nação deveriam queixar-se muito da postura arrogante de alguns oficiais, pois estes geravam grande quantidade de documentos escritos sobre má conduta, insubordinação e roubos praticados pelos escravos. Estes deveriam ter um certo "poder", ou melhor, deveriam ter alguns direitos diferenciados dos que também se encontravam no Arsenal. Eles recebiam salários, e constituíam um pecúlio, cujo destino, na maioria das vezes, era para a compra de sua liberdade.⁴⁰

Os escravos da nação tinham por direito usufruir seu pecúlio para a compra de sua liberdade, porque o Governo do Estado não poderia dar a alforria gratuitamente aos escravos da nação. Somente em 1866, que os escravos da nação passaram a receber gratuitamente suas alforrias, tanto os homens quanto as mulheres. O primeiro a conceder esta liberdade gratuita foi o Exército, pelo Decreto nº 3725, de 6 de novembro de 1866. Desde então, eles começaram a ser alforriados, e, em 1888, a Princesa Isabel concedeu a liberdade para todos os escravos sem distinção.

O escravo dentro do Arsenal desenvolveu táticas para burlar as normas estipuladas pelos militares, ocasionando atritos entre eles. Eles criaram algumas formas de se divertir neste ambiente, como fumar fora do horário permitido, jogar na hora de trabalho, além de roubar objetos e alimentos, dentre outras. É claro que existiam os que não queriam ficar ali e buscavam a sua liberdade de formas escusas, mas o que pode ser observado é que muitos deles gostavam ou se acostumavam com o ambiente.

Este artigo procurou identificar as relações dos diversos agentes atuantes na

³⁷ Arquivo Nacional, op. cit., caixa XM 324.

³⁸ Ibid., caixa XM 798.

³⁹ Ibid., caixa XM 798.

⁴⁰ MALHEIRO, op. cit., p.61.

área do Arsenal de Marinha no período de 1822 a 1832. Não só existiam os chamados escravos da nação, mas também uma variedade de escravos, que, muitas vezes, eram levados para as presigangas, cumprindo pena que variava de cinco a dez anos e, em alguns casos, existiam os que cumpriam a pena capital. Os escravos não possuíam o direito de cidadão, mas podia-se observar também que a vida deles dentro do Arsenal era composta por variações. Existiam escravos que recebiam por trabalhos executados, outros que assentavam praça na Marinha, outros que preferiam fugir, e os que se queixavam de maus-tratos ao Inspetor do Arsenal. Diferentemente dos escravos da nação, que, quando queriam se queixar, levavam ao conhecimento do Imperador o que se passava com eles dentro do Arsenal.

FONTES

DOCUMENTAIS

Arquivo Nacional. Série Marinha, caixas XM 324, XM 726, XM 792, XM 798, XM 801.

Leis e Decisões – 1808-1809.

Leis do Brasil – 1808-1810, 1824, 1823, 1832, 1829.

Repertório de Marinha 1317-1856.

BIBLIOGRÁFICAS

CAMINHA, Herick Marques. *Dicionário marítimo brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo Góes; ROBERTO, José. *A paz das senzalas: famílias escravas e táticas atlânticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: (1822-1889)*. Rio de Janeiro: 1965. 2v.

_____. *Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: SDGM, 1998.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos na cidade do Rio de Janeiro: (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.